



NOVO GOVERNO

# CNIS apresentou à ministra caderno de encargos



50 ANOS DO 25 DE ABRIL

## Cravos vermelhos floriram nas IPSS de todo o país

CCDR-C  
As CIM do Centro têm verbas para apoiar diretamente as IPSS



CASTELO BRANCO  
UDIPSS defende novas respostas sociais para as novas necessidades



BOIDOBRA  
Cerzir Afetos nasceu em 2018 e espera entrar em funcionamento já em 2025



LARDOSA  
Desertificação populacional levanta preocupações ao Centro Social

**A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE**

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

**NORDHigiene**  
Produtos de higiene e limpeza

Aprovado por dermatologistas

Eugénio Fonseca



## Agenda 2030 e as IPSS

Em Portugal é incomensurável a ação que as cerca de 5 mil Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) existentes, têm vindo a realizar. As suas tarefas são muito diversificadas, sendo a maioria do âmbito assistencial, que engloba a área da saúde, da educação e da ação social. Todas estas áreas fazem parte de alguns dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes objetivos pretendem alcançar um deles, o maior e mais abrangente, que é o Desenvolvimento Sustentável, quer dizer, mais integral e humano do que aquele que temos, e é propiciador de tantas desigualdades que não serão suportáveis por muito mais tempo.

Como sabem, a Agenda sobre o Desenvolvimento Sustentável foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 25 de setembro de 2015. Os 195 Estados membros comprometeram-se alcançar esses objetivos e atingir essas metas até ao ano de 2030 e cumprir esta Agenda, ou seja, os 17 ODS que apontavam para 169 metas específicas, nos 195 Estados membros.

Como em tudo, não basta decretar, tem de se ter mesmo vontade política para cumprir os compromissos assumidos. Na ONU, estamos habituados a que questões relacionadas com melhores condições de vida das populações, particularmente, as mais pobres não sejam levadas a sério. Mesmo assim, não cumprindo o prazo, o mesmo foi prorrogado por mais 15 anos, mas, desta vez, apresentada como Agenda 2030. Esta Agenda encerra a vontade de erradicar a pobreza e a fome; defender a igualdade de género; apoiar o trabalho digno; apostar num modelo de maior sobriedade na produção e consumo; apoiar a justiça climática e o acesso real à educação e à saúde.

Nestes quero realçar, porque sei que também é preocupação de todos os dirigentes das nossas IPSS, a criação de condições de trabalho digno cuja componente salarial tem um peso significativo. Se o Governo não tiver em conta que é preciso reforçar o apoio financeiro às IPSS para que elas possam cumprir o desígnio de oferecerem salários dignos, as mesmas correm o

risco de não terem trabalhadores para determinadas tarefas que são, por vezes, as que precisam de maior apoio. Penso, por exemplo, nas pessoas idosas, nas que estão em situação de sem abrigo ou nas portadoras de HIV sem proteção de rede familiar. Para que isto fosse possível, os respetivos sindicatos deveriam unir-se aos representantes do sector na fase da cooperação. Talvez para que isto seja possível se deva mexer no modelo de cooperação. Um cuidado maior nos bens produzidos e consumidos. Será que se poderiam evitar muitos desperdícios de materiais para as atividades de ocupação cultural, nos alimentos cozinhados e consumidos, ou mesmo na eletricidade? Acredito que todos tenham o máximo cuidado possível, mas em casa dos nossos utentes, talvez, o mesmo possa não acontecer. Então, há um trabalho a fazer, junto deles, para que o mesmo rigor aconteça.

Se queremos acompanhar as preocupações e esperanças do nosso tempo, a opção plasmada na Agenda 2030, dever-se-ia, como li há dias na Revista Vida Nueva, vinculá-la «com aspetos específicos como a ecologia integral, a crise ambiental ou o desenvolvimento sustentável». É preciso que todos tenhamos a consciência de que não estamos sós no mundo nem somos os únicos proprietários do cosmos. Por tudo o que se está a passar no globo terrestre, este é o tempo certo de realizar o sonho de uma fraternidade sem fronteiras. Mas corre-se o risco de esta “fraternidade sem fronteiras” não passar de um sonho ideologizado. Por isso, a melhor forma de abordar a Agenda de Desenvolvimento Sustentável será, em volta dos princípios, viver num mundo melhor e numa Casa Comum. Este pensamento não é meu, mas é recorrentemente abordado pelo Papa Francisco. Estou certo de que ele o lembrará a todos os participantes da próxima Cimeira do G7, na qual ele mesmo participará. Jamais poderá ser uma mera retórica, mas uma forma de agir que coloca no centro os direitos humanos indeclináveis, como são os direitos: ao acesso à água potável; à alimentação; a uma habitação digna; a ter um trabalho decente, o acesso à saúde sem descuidar a saúde

mental; a um ambiente saudável adequado.

Na Revista, referida acima, uma representante de uma Cáritas de Espanha afirmava que: «além de ser ecológica, é uma crise social que afeta o nosso modelo de produção e de consumo. (...) A água, a habitação, a educação... tudo está interrelacionado e sofre uma crise ambiental e social», acrescenta. E ela interroga-se: «Não podemos ver à nossa volta ou quando viajamos? Não conseguimos encontrar as vítimas destas crises quando deparamos com mulheres sozinhas sem meios suficientes para uma vida adequada com as suas famílias ou vítimas de despejo forçado? (...) Essa realidade acompanhamos dia-a-dia na Cáritas», conclui.

Quantas vezes não se deparam as nossas IPSS com estas realidades, tendo que se socorrer de recursos próprios, pois este tipo de proteção social, raramente, faz parte de acordos de cooperação. Mas se estas ações são importantes, é fundamental operar essa transformação, pela ação concreta dos Agentes Locais de Desenvolvimento, sem mexer na sua designação. Quero com isto dizer que se deveriam comprometer com outros objetivos e metas dos ODS que levassem à criação de projetos geradores da eliminação das causas dos problemas acima referidos, enquanto, ao mesmo tempo, em colaboração com outras instituições, construam mais coesão social e, em muitas circunstâncias, combatam a desertificação social. O Setor da Economia Social tem uma ampla expressão em Portugal. Por isso, deve, com as suas opções ser um farol de esperança para um novo modelo socioeconómico. Tenho plena consciência de que não estamos, apenas, perante um problema nacional, mas de amplas repercussões internacionais. Disso, nos avisa o Papa Francisco ao afirmar: «Os Estados aceitaram que vivemos num mundo cada vez mais rico, mas em que as desigualdades entre, e dentro dos países, estão a ficar maiores. (...) O desenvolvimento sustentável busca um modelo que é, simultaneamente, para todos, economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável». Que as IPSS cumpram a sua parte.

## EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS

## Sustentabilidade

Quando o XXIV Governo Constitucional dá os primeiros passos, o Sector Social Solidário, que coopera com o Estado, deve retomar alguns dossiers. Um deles e que, certamente, se destaca, é o das condições de sustentabilidade que constituem o principal constrangimento com que as IPSS se confrontam.

No Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, de 21 de dezembro de 2021, assinado pelo Primeiro-Ministro, pela Associação Nacional de Municípios e pela Associação Nacional de Freguesias, no que toca às entidades públicas, e pela CNIS, União das Misericórdias Portuguesas, União das Mutualidades Portuguesas e CONFECOOP, por parte das entidades representativas do Sector Social e Solidário, consta no seu clausulado a obrigação de o Estado apoiar financeiramente as Instituições Particulares de Solidariedade Social, assegurando "... de forma progressiva e anual, o reforço dos valores das participações da Segurança Social, no âmbito dos acordos de cooperação, de forma a atingir uma repartição equitativa dos custos médios por utente, sem prejuízo das respostas em que se justifica um maior envolvimento do Estado." – Cláusula VII, 3., b) do Pacto de Cooperação

A interpretação desta Cláusula acabou por fixar-se no entendimento e compromisso do Governo de, até ao fim da legislatura então em curso – isto é, até outubro de 2023 –, as participações da Segurança Social por acordos de cooperação corresponderem a 50% dos custos reais das respostas sociais, nos casos em que tais participações fossem inferiores a essa percentagem, mantendo percentagens de participação superiores nos casos de respostas sociais em que tais participações já ultrapassavam essa percentagem.

Estes casos, de percentagens superiores a 50%, correspondem a respostas sociais em que, ou não existem de todo participações dos utentes ou das famílias – caso da creche e da educação pré-escolar gratuita, ou das casas de acolhimento de menores em risco, entre outras –, ou em que tais participações são mais reduzidas – caso das respostas para pessoas com deficiência.

Percorrendo as respostas sociais cuja cooperação é regulada no Compromisso de Cooperação para 2023-2024, as respostas sociais em que essa obrigação do Estado impõe reforço das participações, por as atuais participações da Segurança Social serem claramente inferiores a 50% dos custos, são, de forma mais significativa, os ERPI (lares de idosos), o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), o Centro de Dia (CD), o ATL – Atividades de Tempos Livres para crianças e jovens) ...

Esta obrigação do Estado não tem sido

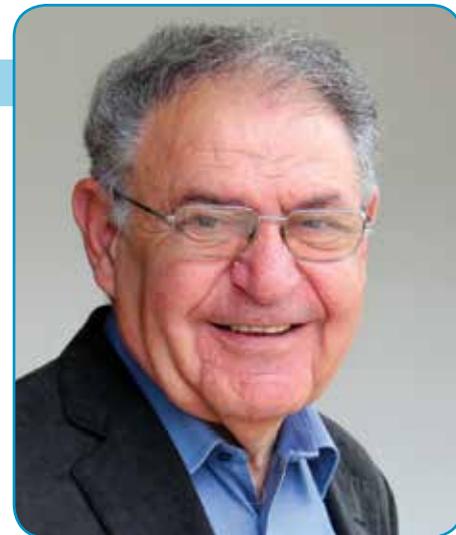
cumprida: nem se definiram os custos médios; nem as participações da Segurança Social se têm aproximado do objetivo do 50% dos custos.

É certo que, no seguimento do estabelecido no Pacto de Cooperação, o Compromisso de Cooperação para 2023-2024 também prevê, na sua Cláusula IX, a atualização do financiamento da Segurança Social dos acordos de cooperação em 2024, tendo em conta os custos efetivos, designadamente os encargos com pessoal e restante despesa primária; e que tal reforço ocorreria a partir de uma definição desses custos, a determinar por uma comissão mista, até final de fevereiro de 2024.

Nem essa comissão foi constituída, nem se avançou com qualquer outra diligência para o efeito.

Ora, a evolução da RMMG, desde 2015, tem produzido um significativo impacto nas contas das IPSS, designadamente a nível dos encargos com pessoal; o que, tendo em conta igualmente a inflação verificada em 2022 e 2023, com particular incidência em bens alimentares e em energia, acompanhada da rigidez das receitas provenientes das participações familiares, vem provocando perturbações nas contas de exploração das Instituições, com particular agravamento em 2023.

No entender da CNIS, e por razões de eficácia, haveria que estabelecer prioridades nesse processo de definição de custos, designadamente priorizando Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL), Centros de Dia (CD), Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), Lares de



Infância e Juventude (LIJ), Lares Residenciais e Serviços de Apoio Domiciliário (SAD).

A perspetiva em que a CNIS se coloca, ao abordar este tema da sustentabilidade radica no respeito pelo modelo que vigora há décadas no nosso País, de confiar ao Setor Social Solidário o desenvolvimento e a gestão da rede de proteção social no âmbito da ação social, através de equipamentos, respostas e serviços sociais, para o que é mister assegurar-lhe condições de sustentabilidade financeira, através de acordos e protocolos de cooperação, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/2015, de 30 de junho, e da Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho.

A persistência deste incumprimento dos compromissos contratuais por parte da Segurança Social causa justificadas preocupações com a sustentabilidade das IPSS – preocupação que também ressalta do Programa do XXIV Governo Constitucional, em termos confluentes com as preocupações do Setor:

“O Governo reconhece, também, o papel absolutamente imprescindível das instituições do sector social e privado na ação social. Por isso, urge dignificar e reforçar estas instituições de ação social, tornando mais clara e previsível a relação entre os poderes públicos e as instituições deste sector.”

Clareza e previsibilidade – com vista à sustentabilidade, acrescentaremos nós ...



CNIS PROMOVEU ENCONTRO DE TRABALHO COM A CCDR CENTRO

# CIM da Região Centro têm verbas para apoiar diretamente as IPSS

A CNIS promoveu um encontro com a CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro) com o propósito de aproximar as instituições daquela entidade, à semelhança do que já acontecera com a região norte.

O encontro, apesar de pouco participado pelas instituições, revelou boas-novas para as IPSS, com Isabel Damasceno, presidente da CCDR Centro, a afirmar que, do valor total que cabe à entidade a que preside do Portugal 2030, cada CIM (Comunidade Intermunicipal) da região tem 900 mil euros para financiamento de projetos de categorias a que as IPSS também podem candidatar-se.

Foi uma espécie de resposta ao desafio deixado logo no início por Alfredo Cardoso, membro da Direção da CNIS, ao dizer: “Se as CCDR querem ser parceiras da CNIS e das IPSS têm de criar linhas para apoiar a Economia Social”.

E lembrou também que, “para além da coesão social, as IPSS dão contributos sérios para a coesão territorial”.

Antes de anunciar o papel que as CIM podem ter no apoio às IPSS, Isabel Damasceno já lembrou que “a iniciativa Portugal Inovação Social 2030, na região centro, é concretizada pela mobilização de 34 milhões de euros do Programa Regional Centro 2030”.

A líder da CCDR Centro recordou que já no âmbito do Portugal 2020: Portugal Inovação Social, “na região centro, foram aprovados cerca de 34 milhões de euros de FSE (...) para fomentar o empreendedorismo e a inovação social”.

“Devido aos bons resultados alcançados e constituindo atualmente uma das principais referências internacionais neste contexto, foi dada continuidade a esta iniciativa no Portugal 2030, tendo sido criado o Portugal Inovação Social 2030, mantendo-se o objetivo de desenvolver e dinamizar o empreendedorismo, a inovação social e investimento de impacto, contribuindo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em linha com os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, acrescentou Isabel Damasceno.

É neste âmbito que surgem os 900 mil euros distribuídos à cabeça por cada uma das CIM da região centro. Segundo Isabel Damasceno, “é enorme a importância do sector social na região centro”, por isso insistiu que “há fundos europeus para apoiar soluções diferenciadoras”.

“As CIM têm verbas para apoiar diretamente as IPSS, seja para equipamentos, seja para formação”, afirmou, sustentando ser esta “uma oportunidade única de financiamento”, seja pelo Portugal 2030, seja pelo PRR.

“O Programa Centro 2030 constitui, assim, uma oportunidade para promover o crescimento sustentado das instituições da Economia Social, ajudá-las a ultrapassar alguns dos constrangimentos com que se deparam e convoca-las, através da sua atividade diária, a contribuírem para diminuir as disparidades económicas e sociais da região centro e responder ao problema demográfico. A boa aplicação dos fundos europeus será decisiva



para a região, sendo essencial o forte envolvimento das entidades da Economia Social”, defendeu a presidente da CCDR Centro, que terminou lançando um repto à CNIS: “Desafio a CNIS a colaborar connosco para lançar iniciativas para a população mais jovem”.

Antes da intervenção de Isabel Damasceno, Sílvia Ferreira, docente e investigadora da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra fez uma preleção subordinada ao tema «As Instituições da Economia Social no fortalecimento da coesão social e territorial», onde traçou um breve retrato histórico que versou «A trajetória do Estado-Providência em Portugal e a relação com o terceiro sector”.

Começando por lembrar que “em 1979 as IPSS integravam o sistema da Segurança Social”, sendo na década de 1980, em especial com a criação do estatuto das IPSS, em 1983, que foram lançadas “as bases da relação entre as IPSS e o Estado na construção do Estado Social”, referiu Sílvia Ferreira, sublinhando: “É nesta altura que há a introdução de elementos típicos do modelo liberal, com residualização, em especial da assistência social, e não intenção de investimento público, reforçada pelo princípio da subsidiariedade”.

Ou seja, “o Estado colocou a assistência social nas mãos das IPSS, mas não cobre os custos”. Neste sentido, a docente defende que “as IPSS são empresas sociais por necessitarem de encontrar financiamento e, assim, equilibrar custos e receitas”.

Na década seguinte (1990), “década da integração europeia”, “a CEE trouxe o financiamento e a pressão sobre o governo para o país convergir com os indicadores de bem-estar dos demais países-membros”, aponta, acrescentando: “No final da década, surge uma nova conceção de políticas sociais, uma vez que também influenciavam a economia”.

É quando nasce o primeiro PARES, surgindo uma “lógica de investimento social” e “as IPSS ganham o estatuto de co-construtores das políticas sociais”, explica.

Depois, com o dealbar do novo milénio, emergem



mais constrangimentos para as instituições.

“O PARES obriga as instituições, que não têm capitais próprios ou património, a recorrer à banca, mas apesar das intervenções do Estado, com a crise de 2008, a Covid-19 e a crise energética, as soluções foram sempre mais crédito, o que não é uma boa solução para as instituições”, sustentou Sílvia Ferreira, deixando um lamento: “Há uma grande pressão para a mercantilização destes serviços na União Europeia. A financiarização, que já chegara aos demais sectores da economia, também chegou ao terceiro sector e continua a avançar e, em 2008, viram-se algumas das consequências”.

Para a docente, as instituições, atualmente, enfrentam um “contexto de grande concorrência” e o constrangimento da “financiarização da economia”, porque os financiamentos, raramente, são a 100%, obrigando as instituições a recorrerem ao crédito bancário.

A investigadora da Universidade de Coimbra, lembrou que, no entanto, “há também oportunidades neste contexto e o Portugal Inovação Social é uma delas”.

Por fim, Sílvia Ferreira lembrou que o Parlamento Europeu tem um Plano de Ação para a Economia Social e ainda que a Comissão Europeia, a OCDE e a ONU têm, igualmente, “documentos programáticos para afirmar a Economia Social”, adiantando que “uma das formas de fortalecer a Economia Social é através da contratação pública socialmente responsável”.

O encontro, que decorreu nas instalações da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra, contou ainda com uma exposição por parte de Américo Mendes, da Universidade Católica, que deixou uma mensagem muito importante que resulta dos estudos que vem desenvolvendo: “As IPSS são das poucas entidades que promovem a coesão territorial, para além da coesão social e ainda a melhoria dos níveis de saúde coletiva”.

A CNIS continua a desenvolver contactos no sentido de promover encontros do género com as restantes CCDR com as quais ainda não houve reuniões.

CENTRO SOCIAL AMIGOS DA LARDOSA, CASTELO BRANCO

# No nosso território os idosos vão morrendo e não há reposição de população

No âmbito da Volta a Portugal da Solidariedade, voltámos ao Centro Social Amigos da Lardosa sete anos depois para saber como têm sido estes anos na instituição.

Em número de utentes, a grande diferença na instituição do concelho de Castelo Branco prende-se com a redução de idosos em Centro de Dia, pois eram 25 e atualmente apenas 10. De resto, para além do fecho da Cantina Social, a instituição mantém 33 utentes em ERPI, 24 idosos em SAD e ainda o serviço de refeições à escola primária e ao Pré-escolar público da aldeia. Para cuidar de toda esta gente, o Centro conta com uma equipa de 30 trabalhadores.

Há sete anos, o presidente de então, José Alves, apontava os poucos acordos de cooperação como um problema que desequilibrava as contas da instituição. E essa grande diferença encontrava-se, em especial, em Centro de Dia e SAD, que têm apenas, respetivamente, oito e sete vagas contratualizadas com a Segurança Social. E se o decréscimo de frequência em Centro de Dia acaba por atenuar o problema, a realidade do SAD é bem diferente.

“Os acordos de cooperação ainda são um problema, porque se tivéssemos mais acordos no SAD faria toda a diferença. Com o SAD há a questão dos gastos com o transporte, pois nós levamos a alimentação todos os dias, duas vezes ao dia, almoço e jantar. Depois, há uma outra equipa que faz a higiene, as limpezas da casa, etc.”, afirma Maria Amélia Alves, atual presidente da instituição, acrescentando acerca do Centro de Dia: “Apesar dos acordos agora não fazerem tanta diferença para o número de utentes como dantes, a verdade é que os utentes do Centro de Dia passam cá o dia inteiro, só não dormem à noite. Temos com eles praticamente os mesmos gastos que com um utente de ERPI”.

A grande redução na frequência do Centro de Dia “é uma tendência que já vinha antes da Covid”, porque Lardosa insere-se num território de baixa densidade e envelhecido.

“As pessoas têm de tomar consciência de que estamos no interior do país, num território muito envelhecido, onde as pessoas vão morrendo e não há reposição de população. Em ERPI, há uns anos os utentes eram todos da aldeia e agora já temos pessoas que não são da aldeia. Penso que isto se deve ao grande envelhecimento e isto vai ser um problema no futuro para as instituições. As pessoas vão morrendo e não fica ninguém”, afirma, preocupada, a presidente da instituição.

Esta realidade acabou mesmo por fazer cair um projeto que o Centro Social tinha há sete anos de transformar a sala do extinto ATL no novo Centro de Dia.

“Para esse projeto avançar as instalações tinham de ser totalmente adaptadas, mas face ao reduzido número de utentes para a resposta decidiu-se que não valia a pena. Neste momento, é um espaço que não está a ser utilizado”, conta, revelando que o projeto de mais um lar, recusado pela Rede Social no mandato do anterior presidente, nos dias que correm, é mais um “sonho”.



“O terreno já era e continua a ser da instituição e o projeto era para habitação colaborativa, o que implicava custos muito elevados. O projeto chegou a ser elaborado, mas faltou o capital. Mesmo com apoio financeiro seriam sempre necessários capitais próprios que a instituição não tem ou teria que recorrer à banca. Já não é tanto um projeto, é mais um sonho. Pode ser que venham pessoas mais audazes a seguir e avancem com o projeto”, afirma Maria Amélia Alves, acrescentando: “Estamos aqui numa zona complicada, até a nível de utentes, não está a ser fácil, porque cada vez há menos pessoas. Começa já a haver alguma dificuldade em preencher vagas”.

Ainda assim, a situação financeira da instituição, “felizmente, está bem”.

“Dá-nos alguma tranquilidade, porque, tal como nas nossas casas, é necessário não gastar tudo, pois pode surgir alguma eventualidade. Tem de haver sempre uma almofada para uma situação de emergência. Também vamos tendo alguns apoios, como da Câmara Municipal, mas não dá para fazer investimentos. Investimentos só na manutenção do equipamento, umas camas elétricas, uns ares condicionados ou umas pinturas no edifício, não dá para mais”.

E se “projetos de futuro não há”, o que existe é “uma grande preocupação, que tem vindo a agudizar-se, que são as demências”. “Mesmo aqueles utentes que já cá estão há muito tempo e entraram bem, com autonomia, atualmente já não estão. Dantes tínhamos três ou quatro pessoas com demência e o resto não, agora é o contrário. E não estamos preparados para isso, nem nós nem as instituições na generalidade. Nessa altura, em que cá esteve, não tínhamos acamados e agora temos várias pessoas acamadas”, sustenta Maria Amélia Alves, que argumenta ainda: “Fala-se muito agora que as pessoas devem estar o máximo de tempo

possível em casa, e bem, mas quando chegam às instituições vêm num estado limite e as instituições não têm capacidade para lhes dar resposta. Ou, então, as ERPI têm de ser reformuladas para poder dar resposta a estas pessoas que chegam sem autonomia, dementes ou mesmo acamadas”.

E para a presidente da instituição “a incapacidade é financeira”: “Para o quadro de utentes que temos, devíamos ter, por exemplo, um psicólogo, mas não temos porque não podemos. Devíamos ter outros técnicos mais especializados na matéria, mas não temos capacidade financeira para contratar esse tipo de pessoal”.

E como seria a Lardosa sem o Centro Social?

“Seria o caos”, respondeu, há sete anos, o anterior presidente, José Alves.

A atual presidente prefere lembrar que, “a nível do concelho, a Lardosa foi das primeiras terras a ter uma instituição” e isso “foi bom para os utentes, porque as pessoas da Lardosa não precisam de ir procurar apoio fora, foi bom para os trabalhadores, pois a grande maioria é da localidade e ainda é bom para a economia local”.

MARIA ALCINA CERDEIRA, PRESIDENTE DA UDIPSS CASTELO BRANCO

# Tem de haver um olhar mais atento e muito sério para as IPSS e o muito que fazem pelo país

Sem sede própria, a UDIPSS Castelo Branco vai funcionando nas instalações da instituição a que o seu presidente pertence. Neste caso, a União Distrital funciona no Fundão, onde o nosso jornal foi encontrar, no âmbito da Volta a Portugal da Solidariedade, a presidente Maria Alcina Cerdeira, no cargo há apenas um ano, no qual rendeu a histórica Maria de Lurdes Pombo.

Das 136 IPSS espalhadas pelo distrito de Castelo Branco, 94 são associadas da CNIS e muitas delas de pequena dimensão, o que, na opinião da presidente da UDIPSS, acarreta problemas ao nível da sustentabilidade.

Por isso, defende que “tem de haver um olhar muito atento e muito sério para as instituições sociais e um verdadeiro reconhecimento da importância que o sector tem na vida do país e das pessoas”.

Num vasto território, de baixa densidade populacional e bastante envelhecido, “são necessárias novas respostas” para os novos idosos e é fundamental arranjar formas de repor a população, sob o risco de qualquer dia não haver pessoas.

Maria Alcina Cerdeira sustenta ainda que “é preciso valorizar o papel das pessoas que se dedicam a esta causa de forma voluntária”, como são os dirigentes e todas as responsabilidades que tais cargos implicam.

## **SOLIDARIEDADE - Que retrato se pode traçar das IPSS do distrito de Castelo Branco no momento atual?**

**MARIA ALCINA CERDEIRA** - As dificuldades que existem no nosso território são semelhantes às das IPSS de outros territórios. Obviamente, no litoral as situações são distintas, mas as preocupações daquilo que temos sentido das associadas foi o que nos aconteceu com os aumentos significativos em termos salariais, em termos dos custos dos bens alimentares, com a energia, água... Todas essas questões vieram agudizar as situações financeiras que atravessam as nossas IPSS. A nível nacional, algumas instituições têm sustentabilidade, mas na generalidade, em especial as de menor dimensão, vivem muitos problemas. Instituições com ERPI, que não tenham um número de camas significativo, a sustentabilidade fica muito aquém e vivem com muitas dificuldades.

## **E no universo das instituições do distrito de Castelo Branco são, essencialmente, de pequena dimensão?**

Sabemos que uma ERPI tem equilíbrio financeiro a partir das 30 camas e aqui no distrito há muitas ainda que estão abaixo desse número. E isso traduz-se nesse desequilíbrio financeiro que na CNIS tanto falamos, os tais 50% de participação do Estado que ainda



lá não chegámos. E se não fosse o que as pessoas dos órgãos sociais fazem, a disponibilidade que têm e que de uma forma voluntária desempenham as suas funções, então, ainda seria muito mais difícil. Há algumas instituições que estão em bastante equilíbrio, mas também porque têm apostado na inovação e em novas respostas. Fazem falta outro tipo de respostas. As respostas são muito tipificadas e temos de mudar o paradigma, em especial no que diz respeito ao envelhecimento ativo e à longevidade. O nosso território é muito marcado pelo envelhecimento, ou seja, a esperança média de vida está a aumentar, o que é bom, mas é preciso encontrar outras respostas para além das ERPI. Aliás, considero que, no futuro, as ERPI vão ter que se transformar, mais direcionadas para pessoas muito dependentes, e é necessário encontrar respostas intermédias. Aqui no distrito há várias candidaturas que foram aprovadas para a resposta de habitação colaborativa, em que algumas com uma tipologia completamente diferente, com respostas em moradias, como se fosse uma aldeia comunitária.

## **No distrito qual é a maior lacuna, em termos de respostas sociais?**

Considero que é na área da terceira idade, porque as respostas que temos no distrito estão completamente lotadas, com grandes listas de espera. Ainda é necessário criar mais respostas deste género. E, por outro lado, ainda é necessário adaptar as respostas devido às pessoas muito dependentes. É necessário inovar, porque a esperança de vida está a

aumentar, mas, se não houver uma alteração na reposição da população, dentro de algum tempo não haverá pessoas. As nossas taxas de natalidade e de fecundidade são muito baixas, pelo que ou mudamos de paradigma, por exemplo com a atração de imigrantes, ou não teremos população. Os nossos casais não vão agora passar a ter quatro e cinco filhos...

## **Apesar disso que diz, com a Creche Feliz a procura por essa resposta cresceu?**

Sim.

## **E a oferta é a necessária?**

Não, não chega. Temos também grandes listas de espera em creche. Aliás, tivemos aqui um problema no verão passado com a falta de vagas, até com empresas, grandes empresas que, por exemplo, empregam 400 mulheres! Os próprios empregadores manifestaram o seu desagrado, porque queriam que as trabalhadoras, após a licença de maternidade, regressem ao trabalho e não tinham onde deixar os filhos. Temos que refletir que isto aconteceu devido às pessoas que vieram de outros países, mas não foi, foi devido à gratuidade. Sabemos de muitas famílias que não punham os bebés na creche por causa do pagamento da mensalidade. Algumas dessas pessoas até estavam em situação de desemprego e podiam ficar com as crianças e só quando as crianças chegavam à idade do Pré-escolar é que iniciavam o seu processo educativo. Depois, não há resposta para todos e, neste momento, o distrito não tem resposta para todas as crianças. Por isso, muitas instituições apresentaram candidaturas para



ampliação da capacidade das creches.

**Como foi a adesão das IPSS do distrito para construção ou ampliação de equipamentos no âmbito do PRR e até do PARES?**

Há muitos projetos em andamento. Há inúmeras candidaturas aprovadas e que já estão em fase de concurso público e outras já em construção de edifícios para criar lugares, essencialmente, em ERPI e também SAD.

**À semelhança de outros distritos, no de Castelo Branco também há instituições a desistirem dos projetos ou a ficarem com os concursos públicos desertos, devido à escalada de preços entre a aprovação da candidatura e o lançamento do concurso público?**

Claro que sim, bastantes mesmo. Sei de várias instituições que já fizeram três concursos que ficaram sempre desertos e tiveram que aumentar significativamente os valores para tentarem novamente adjudicar as obras. Casos raros são os que o conseguem ao primeiro concurso. Houve reforço de verbas, mas não é suficiente. Devia-se olhar caso a caso, porque há situações em que o valor quase duplicou! Apesar do apoio de muitas

autarquias, as instituições sentem muitas dificuldades. Há pouco falávamos das respostas inovadoras e estamos num contexto em que essas respostas só se localizam nos grandes centros urbanos e temos tentado implementar respostas novas, mas depois não cobrem o distrito. Por exemplo, só existe um CAFAP [Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental] no distrito. Só há uma instituição com a resposta de Acolhimento Familiar, uma resposta que agora estão a descentralizar. Mas estas respostas de apoio à família fazem muita falta.

**Como é a relação com as associadas e quais são as solicitações à UDIPSS mais frequentes?**

É uma relação muito boa, não temos nenhum problema. Apesar do distrito ser muito grande, sendo um território de baixa densidade também permite que nos conheçamos melhor. Temos uma relação de muita proximidade. O que tem sido registado por parte das associadas é o apoio jurídico. Temos mesmo um contrato com um jurista para dar apoio às instituições, porque as maiores solicitações são da área jurídica. E habitualmente são as

instituições de pequena dimensão que mais recorrem a este apoio. Estamos a criar um gabinete na UDIPSS de apoio às associadas, por exemplo, na contratação pública, mas também na formação. Temos grande adesão à formação que realizamos e, como é em formato híbrido, participação é boa, porque é facilitada pelas novas tecnologias. Queremos ainda prestar apoio na elaboração de candidaturas, porque são processos complexos e caros. Nesse sentido, estamos a elaborar uma exposição, que queremos levar até ao Conselho Geral da CNIS. Há uma certa falta de respeito para com as instituições, porque quando é lançado um aviso, há um conjunto de solicitações e elementos pedidos para essas candidaturas que implicam um esforço enorme das instituições para conseguirem corresponder aos requisitos. Mas isto implica uma série de elementos que custam muito dinheiro e, depois, o projeto pode não ser aprovado, mas o dinheiro já está gasto! Deveria haver o pedido de um estudo prévio e depois da candidatura aprovada, então, exigir esses elementos todos. Isto coloca em risco a sustentabilidade das instituições. Tal como a questão do Procoop, que exige condições físicas e os recursos humanos, mas depois a candidatura não é aprovada! É preciso olhar para isto como deve de ser e, quando falava em falta de respeito para com as instituições, é um pouco isto. Olhando para a última listagem do Procoop, a maior parte das candidaturas foi indeferida.

**E tem havido problemas com o recrutamento de trabalhadores?**

Esse é um problema que tem vindo a agravar-se, ou seja, o recrutamento de recursos humanos. Nas respostas residenciais há uma grande dificuldade em encontrar recursos humanos. Não há pessoas e o trabalho não é bem pago. Por exemplo, o trabalho com pessoas idosas é muito exigente. Há até já o recrutamento de recursos humanos de outros contextos.

**E como é a relação com a CNIS?**

Ainda estou no meu primeiro ano de mandato. Considero muito o padre Lino Maia e gosto muito da sua capacidade em serenar ânimos. Depois tem grande capacidade de argumentação. Em termo institucionais, não temos razão de queixa. Sempre que colocamos alguma questão à CNIS, obtemos resposta, há uma liberdade grande em expormos as nossas ideias.

**Há quem reclame uma maior proximidade da CNIS com as estruturas espalhadas pelo país. O que acha disso?**

Gostamos sempre que nos visitem, dessa relação de proximidade. Por outro lado, é importante conhecer o que as instituições estão a fazer, mas sabemos que é difícil ir a todas. Um périplo que levasse a CNIS a todas as associadas demorava uns quantos anos, mas ir às UDIPSS já será mais fácil. Podia, talvez, haver uma descentralização, por exemplo, do Conselho Geral. Por exemplo, esta iniciativa do jornal da Volta a Portugal da Solidariedade já é uma boa forma de aproximação às UDIPSS. Se a CNIS se deslocar também marca.

CERZIR AFETOS – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE BOIDOBRA, COVILHÃ

# Instituição nasceu em 2018 para, dentro de um ano, apoiar uma população que ficou desamparada

Constituída em 2018, a Cerzir Afetos – Associação de Solidariedade Social de Boidobra é a mais jovem IPSS do distrito de Castelo Branco, por onde a Volta a Portugal da Solidariedade passa esta semana.

O impulso para a criação da IPSS aconteceu perante a realidade de a população da freguesia da Boidobra ter ficado desamparada socialmente depois do encerramento do Centro Paroquial de Santo André, dois anos antes.

“Havia aqui na freguesia uma IPSS que fazia o apoio domiciliário e tinha ainda um Centro de Dia, que era o Centro Social Paroquial de Santo André, que tinha sido constituído no início dos anos 1980”, começa por contar Paulo Jerónimo, presidente da instituição, que prossegue: “Essa instituição prestou, ao longo destes anos todos, o apoio à população, mas também não evoluiu muito para fazer face às necessidades da população, nem sequer em termos de estrutura física. Conforme foi criada assim ficou ao longo dos anos. Ela até teve bastante consistência enquanto houve padres residentes aqui na freguesia. O padre Acácio, que esteve cá 50 anos, foi quem fundou a instituição e sempre lutou por ela, mas quando faleceu os padres que para cá vêm raramente estão aqui mais de dois anos e isso acabou por criar constrangimentos a nível da gestão da IPSS. Em 2016, acabou por declarar insolvência e a Boidobra ficou sem apoio social”.

Perante este cenário, “a Junta de Freguesia da Boidobra, refletindo os anseios da população e a inexistência de respostas sociais, fez um trabalho no sentido de voltar a implementar as respostas sociais que fazem falta na freguesia, mas não era a Junta de Freguesia que iria substituir-se à IPSS”, conta, lembrando que, então, realizou-se uma reunião “para debater o futuro das respostas sociais”.

Dessa reunião nasceram várias ideias, dentre elas a de um grupo de três pessoas que encabeçam a equipa de trabalho para constituir uma instituição.

“Começou-se, então, a constituir a Associação e chegámos aos dias de hoje, com todo este trabalho feito ao longo de seis anos. Primeiro, houve o trabalho de criação de estatutos e demais trâmites legais necessários para constituir a Associação. As primeiras eleições aconteceram no início de 2019 e atualmente já estamos no segundo mandato”, afirma Paulo Jerónimo.

Desde o encerramento do Centro Paroquial até agora, o apoio social à Boidobra tem sido feito por outras instituições do concelho, pelas quais foram distribuídos os utentes da extinta IPSS.

“Também já não eram muitos os utentes, porque nos últimos tempos a qualidade dos serviços caiu muito. Desse período até hoje, as respostas sociais estão a ser prestadas por IPSS da Covilhã e das freguesias vizinhas, como Teixoso ou Vila do Carvalho”.

E se nos últimos tempos do Centro Paroquial



os utentes já eram poucos devido à pouca qualidade dos serviços, hoje a situação é diferente.

“A realidade é que a procura é muita e a oferta pouca, ou seja, essas IPSS não conseguem dar respostas às atuais necessidades da população da freguesia. E digo isto porque, a partir do momento em que a Cerzir Afetos foi constituída, as pessoas, pensando que a instituição já estava no terreno, começaram logo a contactar-nos no sentido de se inscreverem nas respostas sociais”, sustenta o presidente da Cerzir Afetos, explicando o trabalho, entretanto, desenvolvido para aquilatar das necessidades da população: “Na altura, fizemos um levantamento das necessidades da freguesia, não só para constituirmos a IPSS, mas também para comprovarmos a necessidade da nossa existência. Foi um trabalho feito porta a porta que serviu de base ao nosso relatório para enviar à Segurança Social e, assim, sermos reconhecidos como IPSS e para que pudéssemos continuar a dar os passos para criar as respostas sociais”.

E as necessidades identificadas junto da população foram a de um SAD e um Centro de Dia.

“A freguesia tem cerca de 3.500 habitantes e, apesar de termos muita população jovem, há muita gente envelhecida. O nosso projeto é de 30 lugares para cada uma das respostas, não só pela questão da necessidade, mas também pela nossa capacidade enquanto pessoas inexperientes na gestão destas instituições. Depois tem que ver com a sustentabilidade do projeto”, argumenta Paulo Jerónimo, acrescentando: “Temos um plano de negócio que, com as respostas a funcionar em pleno, dá-nos essa sustentabilidade”.

O projeto inicial da Cerzir Afetos prevê a formação de uma equipa de 15 funcionários, para cuidarem, no máximo, dos 60 utentes esperados pela instituição.

Depois de uma candidatura ao PARES 3.0, que foi indeferida, a instituição candidatou o projeto de SAD e Centro de Dia, com capacidade para

30 utentes em cada resposta, ao PRR, o qual foi aprovado.

“Inicialmente, candidatámos o projeto ao PARES 3.0, no entanto, a candidatura foi injustamente indeferida”, começa por dizer, explicando: “A realidade é que mudaram as regras a meio do processo, porque o governo não tinha dinheiro para a quantidade de candidaturas submetidas. Nós cumprimos a candidatura na íntegra, as especialidades eram apoiadas pelo próprio PARES, e em momento algum pediram a licença de construção. A decisão final veio indeferida, porque escolheram as candidaturas com maior estado de maturidade, ou seja, aquelas que já tinham licença de construção. A nossa não tinha, porque não era necessário ter. Foi uma maneira pouco airosa de nos descartarem. Apesar de termos uma pontuação bastante elevada, depois não foi aprovada. Como muitas outras instituições, candidatámo-nos, logo de seguida, ao PRR e aí já foi aprovada”.

O projeto da Cerzir Afetos está orçado, sem IVA, em 779 mil euros, com o PRR a participar 488 mil, a Câmara da Covilhã 200 mil, ficando um pouco mais de 100 mil euros à responsabilidade da instituição.

Sem outras receitas, para além das quotas dos associados e de um apoio anual da Junta de Freguesia, e ainda com o encargo de pagar o IVA, se bem que 50% será devolvido, e de equipar o edifício, a instituição recorreu à banca.

“Temos sempre as instituições bancárias, cuja finalidade é ganhar dinheiro, e que ajudam também nestas situações, pelo que vamos contrair um empréstimo, para termos uma almofada financeira para que a obra não pare. Sabemos que o PRR nem sempre anda como era necessário, porque há muita burocracia. A obra já tem mais de um mês e ainda não recebemos nenhum adiantamento, pelo que para evitar interrupções na obra, recorreremos a esta almofada financeira. O empréstimo ainda não foi efetivado, mas está



tudo encaminhado e tratado para nos serem concedidos 350 mil euros”, sustenta Paulo Jerónimo, deixando um lamento: “O PRR ainda nem um adiantamento deu, mas a Câmara já tem disponível os 200 mil, que são 120 mil este ano, 50 mil em 2025 e 30 mil em 2026, e, assim, conseguimos, para já, ir pagando ao empreiteiro. Já temos programadas algumas atividades de angariação de fundos junto da população. Apesar da freguesia não ser de muitos donativos, com essas iniciativas previstas é sempre algum dinheiro que entra para contribuir para a sustentabilidade”.

Apesar de alguma desconfiança por parte de alguns habitantes de Boidobra, a adesão à nova Associação tem sido boa.

“No início tínhamos 150 sócios e no final de março tínhamos mais 30 associados. Isto mostra que as pessoas estão atentas. Fizemos uma campanha de angariação de sócios e de sensibilização para a consignação do IRS, em que fomos porta a porta, e obtivemos um feedback muito bom, com várias pessoas a querer fazer-se sócias”, revela Paulo Jerónimo, sublinhando a importância dos associados: “Os associados têm sido o nosso sustento ao longo destes seis anos. Houve alguns associados, porque são como S. Tomé, ou seja, ver para crer, que até desistiram, mas a maior parte manteve-se fiel ao projeto. E foram os sócios que patrocinaram a elaboração do projeto e demais démarches que tivemos de cumprir para chegarmos onde estamos hoje”.

Depois de contar que ainda há poucos dias um casal que tinha desistido de ser sócio, perante o início da obra, solicitaram nova adesão, disponibilizando-se para pagar todas as quotas que não pagaram desde que desistiram até agora, Paulo Jerónimo diz-se entristecido com a falta de confiança de alguns boidobrenses.

“Ao longo destes seis anos, apenas seis anos, de vida desta associação há coisas que me deixam entristecido com alguns dos meus conterrâneos. E isto não é uma crítica, porque há muitos que acreditaram no projeto desde o princípio e, depois, não sou uma pessoa desconhecida na freguesia! Houve pessoas que, quando o antigo

Centro de Dia fechou de um dia para o outro, pensaram que no dia seguinte abria um novo e não tiveram capacidade de esperar que o trabalho se desenvolvesse. E começaram logo as críticas de que não íamos conseguir pôr de pé o projeto. Agora, o edifício está a ser construído, ainda há quem diga: ‘Agora, vamos ver quando é que está pronto’. Isto faz-me pensar que, quando estiver pronto, vão dizer: ‘Agora, vamos ver se conseguem meter lá gente e se conseguem funcionar’. Felizmente, não são todos assim”, sublinha o presidente da instituição.

A Cezzir Afetos nasceu, provavelmente, na pior altura em que podia ter nascido devido à pandemia e isso confirma-o Paulo Jerónimo: “Foram dois anos muito negativos para nós, porque não tínhamos, nem temos ainda, respostas sociais em funcionamento. Éramos apenas a Direção e foram dois anos em que não pudemos desenvolver contactos, em especial o porta a porta. No fundo, foram dois anos em suspenso. No entanto, em termos administrativos, funcionámos sempre, em termos de visibilidade junto da população é que as coisas ficaram paradas”.

Em fevereiro, foi lançada a primeira pedra do edifício que vai albergar a instituição e as respostas sociais, um equipamento que os responsáveis pela instituição pretendem que seja “diferenciado e inovador, tal como os serviços a prestar”.

“O próprio diretor da Segurança Social afirmou, no lançamento da primeira pedra, que é um edifício diferente. E esta nossa ambição também foi uma mais-valia para a candidatura, porque o projeto contempla uma sala snoezelen, um minigimnásio e um jardim sensorial. Ou seja, o Centro de Dia não é apenas para ter as portas abertas e acolher os utentes, queremos, para além disso, estimular as pessoas”, refere, revelando que o tempo previsto para a conclusão da obra “não chega a dois anos”.

No âmbito do PRR ou do PARES 3.0, muitas instituições têm sentido grandes dificuldades em iniciar as obras dos projetos aprovados, porque com a diferença de preços entre a data de aprovação e a dos concursos públicos é grande

e muitos concursos têm ficado desertos ou com um custo muito acima do inicialmente previsto.

No caso da Cezzir Afetos, a confiança do arquiteto no trabalho feito e uma estratégia ousada da instituição, acabaram por não levantar obstáculos ao processo, tendo a obra sido adjudicada logo ao primeiro concurso público. Ainda assim, a preocupação foi grande.

“Não tivemos dificuldade em encontrar empreiteiro, mas houve muito receio da nossa parte. Em julho de 2023 assinámos o contrato e em novembro foi lançado o concurso público, mas antes houve toda aquela fase preparatória. Nós assustámo-nos a sério foi quando fizemos uma consulta prévia ao mercado para sabermos por quanto é que poderíamos lançar o concurso público. Tínhamos uma estimativa orçamental do gabinete de arquitetura que nos dava um valor um pouco abaixo do que aquele por que foi adjudicada a obra. Porém, por causa da variação de preços de mercado, quem estava a acompanhar o processo disse-nos para fazermos uma consulta prévia para que nos dessem preços de mercado e assim o concurso público não ficasse deserto. Nós nunca pensámos é que as empresas apresentassem valores astronómicos! A obra foi adjudicada por 779 mil euros, mas tivemos orçamentos de 1,2 milhões de euros! Quase o dobro. Perante aquilo assustámo-nos, porque não tínhamos hipótese de chegar àqueles valores. Andámos receosos, porque temíamos que o concurso ficasse deserto. No entanto, o arquiteto disse-nos que as empresas da zona estavam era a fazer lobby, que aqueles preços eram de doidos. O arquiteto defendeu a qualidade do orçamentista e que o projeto estava bem feito e os preços bem calculados, pelo que insistiu no valor calculado inicialmente”, recorda Paulo Jerónimo, contando como o desenlace foi positivo: “Então, colocámos a obra a concurso por 800 mil euros e surgiu esta empresa da Guarda com um valor ligeiramente acima do arquiteto, mas abaixo do proposto a concurso. Afinal, ele tinha razão e foi logo ao primeiro concurso. Sei de outras instituições aqui do concelho que tiveram que ir até três concursos e tiveram de aumentar o valor, mas nós, felizmente, as coisas correram bem”.

Habitualmente a pergunta seria ‘Como seria a Boidobra sem a Cezzir Afetos?’, mas neste caso: Que grande mais-valia vai a Cezzir Afetos trazer a Boidobra?

“A Cezzir Afetos tem, desde já, mexido bastante com a freguesia. E esta obra que estamos a fazer, em termos de investimento público para o serviço da população, é dos maiores investimentos financeiros realizados na freguesia de Boidobra nos últimos 30 anos. Um dos maiores foi a construção de um bairro de habitação social, onde o nosso equipamento vai estar inserido. Mas só por isto, a Cezzir Afetos já está a dar um grande contributo a Boidobra”, começa por referir Paulo Jerónimo, que acrescenta: “Depois, acho que era muito mau a Boidobra não avançar com um projeto destes, pois é a única freguesia do concelho da Covilhã que não tem qualquer resposta social própria. A Boidobra não será a mesma quando a instituição estiver a funcionar, porque as pessoas precisam e é um projeto meritório e inovador”.



ENTRA EM VIGOR NO PRÓXIMO ANO

# Consignação de IRS sobe para um por cento

## CONSIGNAÇÃO DO IRS



O Governo aprovou em Conselho de Ministros o aumento do limite da consignação de IRS de 0,5% para 1% para entidades de “utilidade pública”, a entrar em vigor na campanha do próximo ano, anunciou o ministro da Presidência.

Em conferência de imprensa após o Conselho de Ministros, o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, explicou que a duplicação da consignação de IRS de 0,5 para 1% para instituições de utilidade pública irá aplicar-se aos rendimentos auferidos pelos contribuintes este ano, tendo assim efeitos na campanha de liquidação de IRS que se concretiza no próximo ano.

O governante defendeu que com a medida,

por um lado, reforça-se “a liberdade de escolha dos contribuintes” de “poder alocar o produto” dos impostos e, por outro lado, reforça-se de forma “muito significativa” o apoio a associações “de utilidade pública reconhecida”.

Segundo o ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, a medida tem um “custo global” de “pelo menos mais 40 milhões de euros no setor social, ambiental e cultural”.

O número de entidades a quem os contribuintes podem atribuir 0,5% do seu IRS ou doar o benefício fiscal do IVA voltou a aumentar este ano, superando as 5.000, segundo a lista disponível no Portal das Finanças.

A escolha das entidades candidatas a esta

consignação do IRS pode ser feita até ao final do mês de março ou durante o processo de entrega da declaração anual do imposto, que começou em 01 de abril e termina a 30 de junho.

Entre estas entidades incluem-se IPSS, associações e academias dedicadas a diversos fins, bandas recreativas, casas do povo, vários centros sociais, de dia, paroquiais, infantis ou comunitários, fundações, cooperativas, coros, misericórdias ou sociedades filarmónicas e musicais.

Esta consignação não custa nada ao contribuinte nem significa uma redução do reembolso, uma vez que o valor é retirado ao imposto que é entregue ao Estado.

## Há um WEBSITE à sua espera na F3M!

INSTITUIÇÕES  
MAIS PRÓXIMAS DOS UTENTES

OBRIGATÓRIO  
publicitação  
das contas  
anuais em  
site próprio

VISIBILIDADE  
ACESSIBILIDADE  
CREDIBILIDADE  
PROFISSIONALISMO  
EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO

CONHEÇA A OFERTA 360° DA F3M PARA O SETOR SOCIAL

www.f3m.pt

PRIMEIRA REUNIÃO COM MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

# CNIS apresentou pasta de transição ao novo Governo

A sustentabilidade do Sector Social Solidário é a maior preocupação da CNIS e foi o tema principal apresentado pela Confederação na reunião com a nova ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Rosário da Palma Ramalho recebeu as Organizações Representativas do Sector Social e Solidário (ORSSS) para se inteirar dos assuntos em curso que dizem respeito às relações e as áreas governamentais da Segurança Social, da Saúde e da Educação, no que toca às políticas e instrumentos de cooperação, designadamente o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social e o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário – Protocolo para o Biénio 2023-2024.

Neste primeiro encontro, que decorreu no Ministério agora liderado por Rosário da Palma Ramalho, Lino Maia apresentou um ponto de situação das negociações que estavam abertas com o executivo anterior e dos compromissos recíprocos que estão assumidos entre a CNIS e o Estado português. A sustentabilidade das IPSS é o assunto que tem passado de governo para governo. Convém referir que o Pacto de Cooperação, assinado em dezembro de 2021, assume a obrigação de o Estado apoiar financeiramente as Instituições Particulares de Solidariedade Social, assegurando “...de forma progressiva e anual, o reforço dos valores das participações da Segurança Social, no âmbito dos acordos de cooperação, de forma a atingir uma repartição equitativa dos custos médios por utente, sem prejuízo das respostas em que se justifica um maior envolvimento do Estado.”

Este compromisso do Estado não tem sido respeitado. Não foram definidos custos médios nem as participações da Segurança Social se têm aproximado dos 50 por cento dos custos. Os aumentos do ordenado mínimo, a inflação e a estagnação das participações familiares têm provocado uma ruína das contas das IPSS, com um forte agravamento em 2023.

Outro dos temas basilares e estruturais para a CNIS é a questão da identidade e autonomia das IPSS, defendendo a Confederação o reforço da independência das instituições perante o Estado. A CNIS recorda que as IPSS “são organizações da sociedade civil, de fim não lucrativo, assentam no voluntariado e constituem-se por iniciativa particular. Mas, por vezes, parece haver por parte dos poderes públicos uma espécie de pendor estatizante, que procura apoderar-se de tais organizações, ou, pelo menos, definir-lhes o campo de atuação de forma incompatível com a sua natureza autónoma e privada.”

O presidente da CNIS recorda que foi criado pelo anterior executivo um grupo de trabalho para a revisão do Estatuto das IPSS, que nunca reuniu, onde estes assuntos devem ser discutidos.

No que diz respeito ao Compromisso de



Cooperação para o Sector Social e Solidário – Protocolo para o Biénio 2023-2024, a CNIS alerta o novo governo para a necessidade de se fazer uma avaliação da execução da medida da gratuitidade das creches “para eventual revisão e alteração do modelo, bem como do valor da participação por criança.” Passaram três anos e em setembro de 2024 todas as crianças que frequentem as respostas sociais Creche e Creche Familiar estarão abrangidas. Segundo a CNIS “esta avaliação da execução da medida, bem como a revisão dos valores de participação da Segurança Social e dos critérios de prioridade das admissões é absolutamente urgente, na medida em que em maio de 2024 se verifica o processo de inscrição das crianças para o ano letivo de 2024-2025.”

Em relação às Creches Familiares, a questão da conversão em contratos de trabalho dos contratos de prestação de serviços das amas levanta novos problemas. As condições da Segurança Social, no modelo de gratuitidade em vigor, conduzem a situações deficitárias nas IPSS. A compensação definida vai terminar em 2025 e por isso é preciso rever os valores de participação.

Convém lembrar o encerramento da resposta social de creche familiar por parte de muitas IPSS. O mesmo pode acontecer a partir de agosto de 2025, se não houver alteração do modelo de financiamento.

A regulamentação do funcionamento do Centro de Dia; a adaptação das regras do modelo de funcionamento do SAD; a qualificação das ERPI, tendo em conta a revisão do modelo de organização e funcionamento; a regulamentação do funcionamento do CATL; e a redefinição dos seus modelos de participação financeira,

foram outros assuntos sublinhados pela CNIS na reunião com o Ministério de Rosário da Palma Ramalho.

Foi feito um ponto de situação das medidas de promoção e proteção do acolhimento residencial e acolhimento familiar do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, do Modelo de Apoio à Vida Independente.

No que diz respeito à Educação o Pré-Escolar teve prioridade com os desafios do financiamento, o acesso ao Fundo de Compensação Socioeducativa e o valor da remuneração média mensal dos Educadores de infância de Educação Pré-Escolar.

Na Saúde destaque para a articulação com os cuidados de saúde primários e hospitalares, o alargamento das respostas de cuidados continuados de saúde mental e de demências e a definição de diversas situações referentes aos Cuidadores informais e a altas hospitalares.

A Justiça também mereceu algumas notas por parte da CNIS. Tem que ser dada resposta a situações de demências ou deficiências que requerem o recurso a um regime do maior acompanhado e há procedimentos de sinalização, avaliação e identificação de respostas sociais e de saúde em caso de liberdade para prova ou cessação da medida de segurança de internamento.

Lino Maia entregou à titular da pasta Segurança Social, da Saúde e da Educação do XXIV Governo Constitucional, Rosário da Palma Ramalho, um documento que sintetiza, sistematiza, justifica e enquadra as reivindicações da CNIS na sua qualidade de representante de cerca de 4 mil IPSS quer dão volume e importância ao Sector Social Solidário.

50 ANOS DO 25 DE ABRIL

# Falta dar o salto da Segurança Social par



ASSFA - Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Abraveses, Viseu



Associação Paços 2000 - Centro de Convívio de Modelos, Paços de Ferreira



Associação Paços 2000 - Centro de Convívio de Seroa, Paços de Ferreira



Centro Comunitário de S. Gonçalo, Funchal



Associação Social Recreativa Cultural e Bem Fazer Vai Avante, São Pedro da Cova, Gondomar



Associação Social Recreativa Cultural e Bem Fazer Vai Avante, São Pedro da Cova, Gondomar



Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Coz, Alcobaça



ALADI, Lavra, Matosinhos



Centro de Educação Especial da Santa Casa da Misericórdia de Bragança

Os 50 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974 foram celebrados pelo país inteiro, com a data a registar grandes manifestações um pouco por todo o território nacional. Os ideais de Abril parecem estar bem vivos, apesar dos arremessos retrógrados de algumas franjas da população.

No entanto, realidades como a liberdade, a democracia, o desenvolvimento do país e a capacitação das pessoas são edifícios em construção, como por todo o país há instituições a construir bem-estar e afetos para todos, em especial para os mais necessitados. Sim, porque ainda os há e ainda são muitos. Não são mais porque a rede social solidária das IPSS, para além de chegar a todo o lado, inventa e reinventa-se para não deixar ninguém para trás.

E se as celebrações foram intensas por todo o Portugal, os 50 anos do 25 de Abril nas IPSS foi comemorado igualmente com grande entusiasmo, de norte a sul do interior ao litoral e ilhas.

Dos mais velhos, aqueles que na pele viveram as agruras do Estado Novo, aos mais novos, que ainda estão a aprender o que foi o 25 de Abril, passando pelas pessoas portadoras de deficiência, para quem as condições de vida tanto mudaram neste meio século da história de Portugal, as instituições convocaram os seus utentes, trabalhadores e dirigentes para das mais diversas formas assinalarem a data.

Cantar a «Grândola, Vila Morena» foi transversal a muitas instituições, com vários coros, uns improvisados outros mais formais, a interpretar uma das senhas para a revolução da autoria de José Afonso.

Centros de Dia, Centros de Convívio, ERPI, creches, Centros Comunitários, Pré-escolares, CAO, CACI e muitas outras respostas sociais foram palco de celebrações, com convívios, elaboração de trabalhos manuais alusivos à data,



Centro de Assistência Paroquial de São Pedro de Alvega, Abrantes

# a todos para a Proteção Social para todos

peças de teatro, exposições e cravos, cravos, cravos e mais cravos, em papel, em plástico, em bordados, em lã e em muitos outros materiais e, claro, muitos naturais redecoraram muitas instituições do país.

A Direção da CNIS, pela voz do dirigente Alfredo Cardoso, deixou uma mão cheia de ideias que interessa fixar no que respeita às IPSS e os 50 anos do 25 de Abril:

- “As IPSS são parte dos muitos mil para defender Abril”;

- “As IPSS afirmam que são pilares essenciais na coesão social e na coesão territorial de Portugal”;

- “As IPSS são das organizações que mais evoluem na inovação social, dando resposta às novas necessidades dos seus utentes, porque inovação social é dar resposta àquilo de que as pessoas precisam”;

- “As IPSS lembram que falta cumprir Abril, nomeadamente no que respeita às participações”;

- “Abril permitirá às IPSS afirmar-se como um direito constitucional principal, dando o salto da Segurança Social para todos para a Proteção Social para todos”.

Com esta mensagem, a CNIS afirma a conquista de Abril que foi a disseminação de IPSS por todo o país, a organização de respostas à comunidade nascidas do seio dessas mesmas comunidades.

Mas há que olhar também ao futuro, em especial a esse grande desafio que é a sustentabilidade financeira das IPSS e ainda pelo reconhecimento constitucional da Proteção Social como direito universal.

A Direção da CNIS agradece ainda a adesão das associadas ao desafio lançado para celebrarem os 50 anos do 25 de Abril, da qual o SOLIDARIEDADE deixa aqui um pequeno exemplo em imagens.



Centro Social e Paroquial do Divino Salvador de Moure, Felgueiras



Creche Popular de Rio de Mouro, Sintra



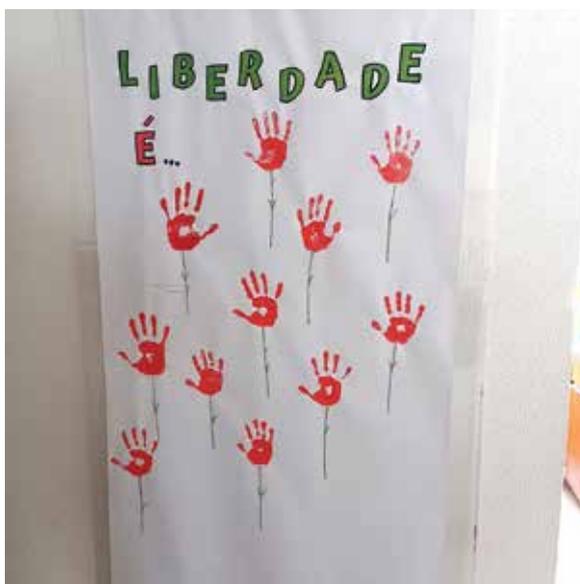
Centro Social Paroquial de Corroios, Seixal



Centro Social Filhas de São Camilo, Lamego



Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha, Braga



Centro Social de S. Pedro do Afonsoeiro, Montijo



Centro Social da Lomba, Gondomar



Centro Social e Paroquial das Cinco Ribeiras, Angra do Heroísmo

**PAULO PEDROSO**Membro da Direção do CoLABOR  
e Professor no ISCTE

## A gratuitidade das creches entre o reforço do setor social e a privatização liberal

A gratuitidade das creches do sistema de cooperação e das amas do Instituto de Segurança Social, assumida pela Lei Nº 2/2022, de 3 de janeiro, abriu um capítulo novo na política de cuidados em Portugal. Pela primeira vez o acesso a um serviço no âmbito dos cuidados, no caso dos cuidados à primeira infância, deixou de ter comparticipação familiar.

A adesão social à ideia de frequência de creche sem custos para os pais foi grande. Como a rede solidária co-financiada pelo Estado não cobre a procura das famílias, aquelas que recorriam a creches fora do regime de cooperação, quer no setor lucrativo, quer no setor social em instituições sem acordos de cooperação, acabavam por ser discriminadas em razão de não terem exercido uma opção por creches não co-financiadas, mas terem sido obrigadas a frequentá-las por ausência de alternativas.

O anterior governo respondeu a essa procura levando a gratuitidade para além da sua cooperação com o setor social. A Portaria n.º 305/2022, de 22 de dezembro, abriu a medida a creches de entidades com fins lucrativos e às que, no setor solidário, não tivessem acordo de cooperação, desde que em locais em que se “verifique existir falta de vagas abrangidas pela gratuitidade nas creches da rede social e solidária, com acordo de cooperação com o ISS, I. P” (Nº 2 do artº 1º).

Assim definida, a extensão é transitória, mantendo-se a lógica de que a valência deve manter-se tendencialmente na esfera da cooperação entre o Estado e o setor social e solidário, sem prejuízo da livre iniciativa privada.

O Programa do XXIV Governo muda radicalmente os termos da inovação introduzida pelo Governo anterior.

As creches, propõe o Governo, passarão a fazer parte do sistema educativo. Assim, haverá um segmento do sistema educativo, com garantia do direito à educação universal e gratuita, em que o Estado depende inteiramente de entidades não públicas para a sua concretização.

O Programa de Governo abandona, quanto às creches – e ao pré-escolar – a lógica do pacto de cooperação com o setor social. O Programa assume o compromisso de “alargar a oferta pública e sem custos para as famílias de creche e de pré-escolar, seja aumentando a capacidade da oferta do Estado, seja contratualizando com o sector social, particular e cooperativo, seja promovendo soluções transitórias, em articulação com os municípios e a sociedade civil, nos contextos onde a oferta instalada não seja suficiente para suprir a procura de vagas” (Programa do XXIV governo Constitucional, p. 106).

Os defensores da oferta pública verão aqui a janela para um compromisso com a criação de um setor estatal nas creches. Mas antecipo que aqui se abra essencialmente uma porta para o fim da filosofia de cooperação entre o Estado e o setor social e solidário e para a privatização da rede de creches e estabelecimentos de educação pré-escolar. Deixa de haver uma lógica em que é privilegiada a cooperação com o setor social e solidário. Também não há uma lógica

de promoção de oferta pública. Abre-se a uma lógica de mercado o desenvolvimento da oferta, não apenas das creches, mas também do pré-escolar.

A medida, se for concretizada, subverte a lógica de cooperação entre Estado e setor social, hoje predominante nos cuidados à infância e subverte a lógica da primazia da oferta pública, que hoje governa a educação de frequência universal e gratuita.

A quem vir aqui um *parti pris* meu recorde que o Programa de Governo, sempre que se refere a este assunto coloca em pé de exata igualdade os setores público, social e privado.

A medida parece quase a mesma que foi adotada na anterior legislatura, mas a lógica do Programa de Governo cria uma rutura com o modelo do Pacto de Cooperação para a Solidariedade. Onde, até agora, havia privilégio à cooperação entre o Estado e o setor social, passa a haver a lógica de criação de um mercado financiado pelo Estado. Veremos o que faz o Governo com o seu Programa e como vai o setor social encarar esta evolução liberal.



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



# A reforma da Justiça

**1** - Datando-o simbolicamente de 1 de Maio de 2024, um conjunto de 50 personalidades publicou um documento intitulado “POR UMA REFORMA DA JUSTIÇA - EM DEFESA DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO”, em que “instam o Presidente da República, a Assembleia da República e o Governo, bem como todos os partidos políticos nacionais a tomarem as iniciativas necessárias para a concretização de uma reforma no sector da Justiça, que, respeitando integralmente a independência dos tribunais, a autonomia do Ministério Público e as garantias de defesa judicial, seja inequivocamente direccionada para a resolução dos estrangulamentos e das disfunções que desde há muito minam a sua eficácia e a sua legitimação pública.”

O documento-manifesto assume como o facto que mais imediatamente desencadeou a iniciativa cidadã “...ver a ação do Ministério Público gerar a queda de duas maiorias parlamentares resultantes de eleições recentes, apesar de, em ambos os casos, logo na sua primeira intervenção, os Tribunais não terem dado provimento e terem mesmo contrariado a narrativa do acusador. A agravar a situação, o País continuou a assistir ao inconcebível, quando, tendo decorrido longos cinco meses entre o Primeiro Ministro se ter demitido, na sequência do comunicado da PGR, e a sua cessação de funções, o Ministério Público nem sequer se dignou informá-lo sobre o objeto do inquérito nem o convocou para qualquer diligência processual.”

Percorrendo a lista das 50 personalidades subscritoras, nela não vislumbramos gente suspeita de ambição de dominar ou condicionar as instâncias judiciais; pelo contrário, o elenco é verdadeiramente de notáveis, cuja acção e reflexão continuada sobre as vicissitudes da nossa vida cívica nos tem ajudado a compreender o mundo que nos rodeia; e mais especificamente, o País que é o nosso.

Integram essa lista três antigos Presidentes da Assembleia da República – João Bosco Mota Amaral, Eduardo Ferro Rodrigues e Augusto Santos Silva –, ex-líderes partidários, como Rui Rio, ex-Ministros – como António Vitorino, Leonor Beza, António Correia de Campos, Alberto Costa, Fernando Negrão, Maria de Lurdes Rodrigues, David Justino, Vítor Constâncio, Maria Manuel Leitão Marques, José Vieira da Silva, António Monteiro –, os mais duradouros comentadores políticos – António Barreto (também ex-Ministro da Agricultura), José Pacheco Pereira e Miguel Sousa Tavares –, João Caupers, que foi Presidente do Tribunal Constitucional, constitucionalistas – como Paulo Mota Pinto, Teresa Pizarro Beza, Vital Moreira, da direita (Daniel Proença de Carvalho), à esquerda, (Daniel Oliveira), passando pelo centro (Álvaro Beza) ...

Não se trata, pois, de nenhum grupo suspeito de pouco amigo das liberdades e da democracia ou hostil à separação de poderes; antes o integram personalidades que, por acompanharem mais de perto a vida pública e o funcionamento do sistema político, e por desempenharem ou terem desempenhado funções muito relevantes no âmbito desse sistema, apontam o dedo de forma mais certa ao que está mal e ao que inquina os ares que respiramos na nossa vida cívica.

**2** – Ficou consagrada a frase bombástica de

António Costa, quando se tratou de sacudir a herança de José Sócrates e de afastar do PS o activo tóxico da “Operação Marquês”, frase que dizia: “à política o que é da política, à justiça o que é da Justiça!”

Sucedem que tal frase não é verdadeira – e o Processo “Influencer” é um bom exemplo de escola para desmentir António Costa.

Não era preciso esperar pelo despacho do Juiz, arrasador para o Ministério Público, para concluir pela insustentabilidade da tese da acusação – pelo menos no que tinha António Costa como suspeito.

Como já aqui escrevi, em crónica anterior, faz parte da competência do Governo seleccionar ou apoiar hipóteses de investimento que, a seu juízo, representem progresso para o País, mesmo que para tal tenha que produzir legislação específica que viabilize tal investimento.

Pode não resultar? Pode! Mas a sanção pela má opção é dada pelo eleitorado, ao fim da legislatura; não é pela perseguição criminal, interrompendo a mesma legislatura.

E, pelo que li, não era mais do que isso que António Costa vinha acusado.

(Embora tal asserção deva ser formulada com a cautela devida; pois se nem António Costa sabe do que foi acusado, já que não foi ainda ouvido... Muito menos nós...)

Também já aqui referi, em crónica anterior, que há uma espécie de justiça poética no facto de António Costa injustificadamente ter caído às mãos do Ministro Público – ele que desaproveitou a oferta de Rui Rio para que PS e PSD pudessem em conjunto promover a mesma reforma da Justiça, e em particular do Estatuto do Ministério Público, que agora é reclamada pelo Manifesto dos 50, o que já então, na campanha para as legislativas de há dois anos, era manifestamente imperioso.

Rui Rio foi então acusado por António Costa de pretender acabar com a autonomia do Ministério Público, e com isso pretender fragilizar essa Magistratura, tornando-a vulnerável às investidas do poder político para a condicionar.

Sucedem que o núcleo do debate não é o de saber se os magistrados do Ministério Público devem ser autónomos ou encontrar-se hierarquicamente subordinados – sobre o que o Manifesto também pretende reflectir.

E pretende bem ...

**3** - Mas essa não é a questão principal.

Com efeito, a autonomia, em si, não é um bem, nem um mal.

(Ou antes, é um bem para os beneficiários dela, os procuradores, que andam em roda livre, sem lhes ser pedida responsabilização – mas não é para satisfazer esses interesses particulares que se organiza o sistema de Justiça.)

Sê-lo-á, um bem ou um mal, na exacta medida em que cumpre ou deixa de cumprir a finalidade para que é concedida.

A autonomia será boa se constituir um instrumento de uma justiça mais justa – passe a redundância –, mais rápida, que acuse com humanidade e proporcionalidade os culpados e se abstenha de acusar os inocentes.

Que não acuse sem provas ou com outras finalidades que não a da própria realização da Justiça.

Mas a autonomia será má se conduzir, por incompetência, desleixo, negligência, reserva mental ou motivação alheia às finalidades do sistema, a atrasos no andamento dos processos, a prescrições ou a decisões erradas, por ineptidão das acusações.

As mais recentes decisões judiciais, implicando responsáveis políticos, invalidando diligência intrusivas por parte ou sob o comando do Ministério Público, acompanhadas da ideia, que se vai consolidando, da iminente prescrição dos crimes de que consta a acusação no Processo “Operação Marquês”, ou outras acusações condenadas ao insucesso porque baseadas em escutas ilegais, têm constituído um fermento que vem levedando a percepção pública de que a autonomia processual dos magistrados do Ministério Público, pelo menos na sua própria interpretação, é mais um mal do que um bem.

É certo que se vem argumentando, a propósito desta questão da interpretação do Estatuto do M<sup>o</sup> P<sup>o</sup> quanto à prevalência da independência e irresponsabilidade dos magistrados do Ministério Público versus a sua subordinação hierárquica, que a mesma se encontra em apreciação judicial, na sequência da impugnação pelo Sindicato de uma Directiva da Procuradora Geral da República que impunha a orientação hierárquica.

Mas, como referi, António Costa não tinha razão quando deixava dito que nem a justiça deveria invadir o campo da política, nem esta deveria penetrar no sistema de justiça.

Não é assim: nas democracias, e com a salvaguarda da constitucionalidade, a política, na circunstância, os eleitos pelo povo, é quem determina a conformação das Instituições: mesmo as que operam no âmbito do judiciário, mesmo a organização das Magistraturas.

Assim, se os principais partidos – e se o PSD for fiel, nem que seja só nisto, à herança de Rui Rio e Pedro Nuno Santos mantiver a opinião de que o Manifesto tem pernas para andar, e não “arrastar os pés” –, se os principais partidos, repito, acharem que o debate promovido pelo Manifesto dos 50 corresponde a uma urgência cívica, basta-lhes alterar a lei que aprovou o Estatuto do Ministério Público, expurgando-a do que eventualmente for menos claro.

A Assembleia da República – que constitui a sede do poder legislativo – pode, e deve, interferir no mundo da Justiça, corrigindo as suas ineficiências, endireitando os seus desvios, impondo-lhe os juízos de valor que a comunidade nacional exige.

Se a lei está mal, mude-se!

“Manda quem pode, obedece quem deve”



BASTA ENVIAR UM EMAIL PARA INTEGRAR A PLATAFORMA

# Integrar o «Ser Solidário» do MB WAY facilita a consignação do IRS às IPSS

A SIBS promove apoio às instituições de solidariedade que integram o «Ser Solidário» com a disponibilização de uma página no site do MB WAY para apoiar os portugueses a efetuar a consignação do IRS de forma mais simples.

O «Ser Solidário» é uma iniciativa inserida na área de responsabilidade social da SIBS que permite fazer e receber donativos de forma totalmente gratuita, prática e segura, para as instituições e os doadores.

A iniciativa «Ser Solidário» está disponível nos Caixas Multibanco e no MB WAY e, para apoiar uma instituição, basta selecionar a entidade da lista de instituições apresentadas e definir o montante do donativo.

Com o objetivo de facilitar este processo de

Consignação do IRS, a SIBS criou uma página onde os portugueses podem encontrar informações sobre as diversas associações que integram a iniciativa «Ser Solidário» do MB WAY, incluindo o Número de Identificação Fiscal (NIF) necessário para efetuar a consignação.

Com esta iniciativa, a SIBS disponibiliza informação para que os contribuintes possam ter a oportunidade de direcionar uma parte do seu imposto para uma das mais de 250 instituições que já integram a iniciativa «Ser Solidário» no MB WAY.

Para integrar o «Ser Solidário», as instituições interessadas devem estar reconhecidas como IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), ONGD (Organização Não

Governamental para o Desenvolvimento) ou ONGPD (Organizações Não Governamentais para as pessoas com Deficiência).

A candidatura ao serviço deve ser efetuada para o e-mail [solidario@sibs.com](mailto:solidario@sibs.com).

“Com esta página queremos ajudar os portugueses a consignarem o seu IRS e a apoiarem ainda mais o trabalho diário destas instituições. A Consignação do IRS é uma forma eficaz de apoiar causas solidárias sem comprometer o orçamento pessoal”, refere Luís Gonçalves, Diretor de Segmentação e Gestão de Mercados da SIBS.

Recorde-se que a entrega do IRS 2024, referente aos rendimentos de 2023, decorre desde 1 de abril e termina a 30 de junho de 2024.

HUMANITAS – FEDERAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFICIÊNCIA MENTAL

## Helena Albuquerque reconduzida na presidência para o quadriénio 2024-2027



Decorrente da Assembleia Geral Eleitoral, realizada a 16 de março de 2024, a lista única, encabeçada por Helena Albuquerque, foi escolhida pelos seus pares, reconduzindo a presidente

para o quadriénio 2024-2027. Os Órgãos Sociais da Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental ficam assim constituídos:

### Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Joaquim Queirós Martins do Nascimento (APPACDM de Vila Nova de Gaia); Vice-presidente - António João Carvalho Pedroso de Lima (APPACDM de Vila Nova de Poiares); Secretário - Deolinda da Encarnação Batista Miranda (APPACDM de Portalegre).

### Direção

Presidente - Helena Maria Mamede Albuquerque (APPACDM Coimbra); Vice-presidente - Maria Teresa Graça Moura de Meireles Guimarães (APPACDM do Porto); Secretário - Susana Marisa

Rebelo Simões (APPACDM de Viseu); Tesoureiro - Luís Manuel Silva Amaral (APPACDM Santarém); Vogal - Rosa Maria Mendes Moreira (APPACDM de Évora); Suplentes - Humberto Manuel Coelho Candeias (NÓS), Artur Manuel Freire de Abreu (ARCIAL) e António Francisco Guerra Padrão (APPACDM da Figueira da Foz).

### Conselho Fiscal

Presidente - Mário José Santos de Matos (APPACDM de Lisboa); 1º Vogal - Luís Filipe Rodrigues Agostinho (APPACDM da Marinha Grande); 2º Vogal - José Pedro Fernandes (APPACDM de Aveiro); Suplentes - José Maria da Silva Salazar (APPACDM de Setúbal), Maria Alexandra Claudino Alves das Neves (APPACDM de Anadia) e António Francisco Ventura Pina (ACASO).

DONATIVOS BAFEJARAM UMA DEZENA DE IPSS DA ÁREA DA INCLUSÃO E CAPACITAÇÃO

## CGD doa 148 mil euros pelo seu 148º aniversário

A Caixa Geral de Depósitos assinalou, no passado dia 10 de abril, o 148º aniversário e esse foi o mote para doar 148 mil euros a 10 IPSS que “desenvolvem um trabalho essencial junto de populações vulneráveis e desfavorecidas”.

“Desde 1876, que a instituição se compromete a 100% com todos os que com ela se relacionam”, referiu o banco numa nota à Imprensa, onde se podia ainda ler: “As instituições beneficiárias desta iniciativa, são organizações que atuam em áreas como a capacitação de jovens com deficiência, apoio a crianças com autismo, inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade, prevenção e recuperação de pessoas

com dependências, assistência a pessoas em situação de sem abrigo, entre outras, e que fazem a diferença na vida de milhares de pessoas”.

Cada uma das IPSS escolhidas irá receber uma doação no valor de 14.800 euros “para fazer face a necessidades prementes ou para realizar investimentos que melhorem as suas condições de apoio”.

As IPSS bafejadas com um donativo da CGD são: Associação VilacomVida, capacitação de jovens com deficiência; APPDA – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo, apoio a crianças e jovens com autismo e duas famílias; Associação Ares do Pinhal, inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade;

Centro de Apoio ao Sem Abrigo (CASA), apoio a pessoas sem abrigo; Teach for Portugal, proporciona a crianças de meios desfavorecidos a oportunidade de atingirem o seu máximo potencial; Casa das Cores, casa de acolhimento de jovens em risco; Crescer – Associação de Intervenção Comunitária, apoio a pessoas em risco (toxicodependências e sem abrigo, entre outras); Associação de Amigos da Criança e da Família Chão dos Meninos, apoio a crianças e jovens em risco; Associação BIPP, projeto «Semear: Terra de Oportunidades», capacitação jovens e adultos com dificuldade intelectual e desenvolvimento; e Associação João 13, apoio a pessoas em situação de sem abrigo.



# O seu parceiro nas compras.

O maior poder independente de  
compras das instituições sociais

Somos a maior central cooperativa de compras para IPSS e turismo, com mais de 700 unidades associadas. Temos know-how e poder negocial para ajudá-lo(a) a comprar melhor todos os produtos e serviços de que necessita. Sem custos nem fidelizações. Contacte-nos hoje para saber como obter grandes poupanças nas compras, permitindo libertar mais meios para as nobres funções sociais da sua instituição.

info@socialshop.pt | Tel: 214 128 810

socialshop.pt





Servimos bem-estar.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 [WWW.TRIVALOR.PT](http://WWW.TRIVALOR.PT)

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE  
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808  
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488  
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

RECOLHA DE OPINIÕES DE PLATAFORMA ONLINE

# Lares de idosos avaliados de forma positiva

Sete em cada 10 pessoas avaliaram de forma positiva a experiência com lares de idosos numa recolha de opiniões divulgada pela plataforma Lares Online, que aponta os cuidados de saúde como o ponto de maior preocupação.

De acordo com a mesma fonte, as instalações, a higiene e os cuidados dos profissionais foram os fatores com melhor avaliação.

Entre as principais queixas habitualmente denunciadas, relatadas na página de internet da própria associação, está a falta de higiene.

“Uma das queixas mais frequentes dos familiares em relação a lares de idosos parece assentar na falta de cuidados de higiene”, lê-se na página da plataforma, que apresenta informação sobre os canais em que podem ser apresentadas denúncias de maus tratos ou outras queixas relacionadas com o apoio aos utentes.

Na avaliação agora divulgada, os cuidados de saúde são “o ponto de preocupação mais significativo”, com relatos de negligência e maus tratos. Também a alimentação é “um ponto de apreensão”, com testemunhos de lares que oferecem refeições de baixa qualidade nutricional e com pouca variedade.

“Relativamente às instalações, há uma disparidade: enquanto vários inquiridos referem os locais como modernos, bem cuidados, agradáveis e seguros, há outros que alertam para a antiguidade das instalações e a falta de manutenção”, admite a plataforma.

Os resultados agora apresentados têm por base as opiniões de portugueses que deixaram, em 2023, o seu contributo no site avaliarares.pt, lançado pela Lares Online, há um ano.

“60% dos inquiridos avaliam de forma positiva o lar com o qual têm uma relação direta e indicam as melhorias que devem ser implementadas no setor dos lares em Portugal, para que este se torne, cada vez mais, de qualidade”, lê-se no comunicado enviado à comunicação social.

Mais de um quarto das avaliações (26%) são negativas.

Numa escala de 1 a 5, quando questionados sobre as condições das instalações dos lares, os inquiridos deram uma nota de 3,73 sobre o cuidado dos profissionais, a nota foi de 3,72.

A higiene das instalações recebeu uma nota de 3,63. A comida dos lares foi avaliada com

3,53 e, por último, com 3,52, surgem os cuidados de saúde prestados pelo lar.

Para o desenvolvimento deste Índice, foram questionados quatro grupos com diferentes relações com os lares avaliados, indicou a plataforma.

“Os colaboradores dos lares tendem a ser mais críticos em todos os indicadores em análise, em especial relativamente ao cuidado dos profissionais e à qualidade da comida. Já os residentes são os que têm uma perspetiva mais neutra.

Sobre aqueles com uma visão mais positiva sobre os parâmetros analisados, são os familiares dos residentes, que destacam, de forma geral, enquanto indicador mais positivo, as condições das instalações e o cuidado dos profissionais - realidade que contrasta diretamente com a perceção dos colaboradores”, destaca-se no documento. A plataforma informou ainda que avisa mensalmente a Segurança Social sobre casos críticos e que em 34 lares que sinalizou como de risco, três receberam ordem de encerramento.

Para a realização deste índice, foram recolhidas 423 apreciações e avaliados 341 lares.

**TSR SOFTWARE IPSS ECONOMIA SOCIAL**

**SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995**

**28 ANOS DE PROFISSIONALISMO**

Há 28 anos a prestar serviços na área da informática com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

+ de 900 clientes    + de 40 aplicações

**Serviço completo e personalizado**

**Garantia de satisfação.**

**Demonstrações grátis e sem compromisso**

**Assistência remota**

**ENCONTRE-NOS EM [www.tsr.pt](http://www.tsr.pt)**

**TELEFONE** (+351) 253 408 326  
Chamada para Rede Fixa Nacional

**TELEMÓVEL** (+351) 939 729 729  
Chamada para Rede Móvel Nacional

**EMAIL** [tsr@tsr.pt](mailto:tsr@tsr.pt)

Logos: A3CER, INVT



## ESTUDO SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL

# Vítimas precisam de assistência especializada

As vítimas de exploração sexual entrevistadas no âmbito de um estudo nacional sobre o fenómeno defenderam que precisam de assistência especializada, sobretudo ao nível da saúde mental, e programas para a escolaridade e inserção no mercado de trabalho.

As conclusões do projeto “Melhorar os sistemas e prevenção, assistência, proteção e (re)integração para vítimas de exploração sexual” foram conhecidas no final de maio e o projeto incluiu entrevistas a 90 pessoas vítimas deste tipo de crime.

Em declarações aos jornalistas, Marlene Matos, professora associada da Escola de Psicologia da Universidade do Minho, e uma das responsáveis pela apresentação dos resultados, adiantou que as vítimas entrevistadas denunciaram a “necessidade de uma assistência especializada ao nível da saúde mental, apoio psicológico e psiquiátrico”.

“Falamos também da necessidade de programas que as ajudem do ponto de vista da escolaridade, da profissão, a inserir-se mais facilmente no mercado de trabalho”, referiu a docente.

Defendeu igualmente que, nesse trabalho

de assistências, as vítimas precisam saber reconhecer melhor quais são os seus direitos, “nomeadamente o direito à habitação ou o direito a algum apoio social temporário”.

As vítimas “falam também da necessidade de uma proteção mais eficiente, mais célere e menos burocrática”, referiu Marlene Matos.

Salientou que algumas das vítimas entrevistadas não falavam português e que, por isso, o acesso aos serviços revelava-se difícil, ao mesmo tempo que também criticavam a morosidade dos processos de reintegração.

A investigadora salientou que a exploração sexual é um fenómeno nacional e internacional “com uma expressão preocupante”, com “causas múltiplas”, para o qual são precisas “respostas que melhorem os sistemas de prevenção”.

“Isso faz-se através de uma maior capacidade da sociedade civil em reconhecer a exploração sexual, os indícios e os sinais e sinalizar as vítimas às entidades”, defendeu.

Marlene Matos salientou que as vítimas de exploração sexual “precisam de medidas de apoio continuado de longo prazo”.

“As dificuldades com que lidam, tendo em conta os eventos traumáticos de que foram vítimas, exigem que os serviços que estão ao seu dispor se prolonguem durante algum tempo para que todas as suas trajetórias de recuperação pós exploração sexual possam ser bem-sucedidas”, apontou, acrescentando que, no mínimo, esse prazo deveria ser de um ano e que deveria ter em conta as necessidades específicas de cada pessoa.

Na opinião da investigadora, esse apoio deveria ser ao nível da saúde física, mental, social, mas também apoio financeiro, jurídico, legal e de informação.

“Estas vítimas precisam sobretudo de informação sobre que tipo de serviços existem, que direitos elas têm a esses serviços e como é que eles podem ser acessíveis facilmente”, apontou.

Marlene Matos salientou que as 90 pessoas entrevistadas não refletem a realidade do fenómeno “porque ele é altamente subnotificado”, explicando que para chegarem à fala com aquelas pessoas tiveram a “colaboração preciosa de todos os parceiros que no terreno trabalham” com aquela população.

## 328 MIL PENSIONISTAS AFETADOS

## Acertos na retenção do IRS provocam luta política

O Instituto da Segurança Social (ISS) esclareceu que foram feitos acertos na retenção do IRS das pensões de abril e maio para corrigir a retenção efetuada em janeiro com base numa tabela “provisória” a 328 mil pensionistas.

“A Segurança Social procedeu a acertos na retenção de IRS nas pensões de abril e maio a 328 mil pensionistas, com o objetivo de corrigir as retenções de IRS efetuadas no mês de janeiro de 2024”, refere o ISS num comunicado.

O Jornal de Negócios revelou que há pensionistas que foram confrontados com uma redução do valor líquido da pensão paga em maio, sem que o recibo da mesma adiantasse uma explicação para esse facto -- já que o valor bruto da pensão se manteve, assim como a taxa de retenção do imposto, mas não o montante do desconto.

No referido comunicado, o ISS salienta que a necessidade de efetuar um acerto da retenção na fonte apenas contempla as pensões pagas em janeiro por ter sido “usada uma tabela de IRS provisória com ligeiras diferenças face à tabela de retenção de IRS para 2024 que apenas foi publicada no final do mês de dezembro”, assegurando que a partir de fevereiro “passou a ser aplicada a tabela de IRS atualmente em vigor”.

Naquele conjunto de 328 mil pensionistas está incluída a devolução de IRS retido em excesso a 184 mil pensionistas (o que foi feito com a pensão de abril) e o acerto do valor retido a

menos a 143.800 pensionistas -- efetuado com as pensões de maio e que resultou num valor líquido inferior para estas pessoas.

A Lusa questionou o ISS sobre o motivo do acerto das retenções de janeiro não ter sido efetuado em fevereiro, mas sim em abril e maio, que esclareceu estes foram feitos “assim que terminados e testados os procedimentos aplicacionais necessários, de forma a não afetar o processamento da totalidade das pensões”.

### LUTA POLÍTICA

O Governo manifestou-se “estupefacto” com o acerto da retenção na fonte nas pensões de abril e maio, afirmando que tal resulta “exclusivamente de orientação política” do anterior executivo socialista.

O PS respondeu acusando o Governo e o PSD de estarem a usar o caso como pretexto para substituir o dirigente do Instituto da Segurança Social. “O Governo está aqui a procurar encontrar mais um pretexto para substituir mais um dirigente, neste caso o do Instituto da Segurança Social”, afirmou o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS Tiago Barbosa Ribeiro numa declaração aos jornalistas na sede dos socialistas no Porto.

O deputado socialista disse esperar que assim não aconteça, mas avisou que o PS estará vigilante e irá escrutinar esta matéria também na Assembleia da República.

Numa declaração em que começou a acusar

o Governo de exonerar a provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Ana Jorge, para colocar no cargo “pessoas mais politicamente alinhadas e domesticáveis” pelo PSD, Tiago Barbosa Ribeiro prosseguiu referindo que a questão das pensões é “ainda mais caricata”, acusando os sociais-democratas de fazerem “declarações politicamente falsas e tendo por base argumentos que são completamente absurdos relativamente a esta matéria”.

Segundo o socialista, não foi feito nada de diferente do que tem sido feito todos os anos, explicando que foi feita uma retenção temporária nas pensões de janeiro porque a Autoridade Tributária (AT) só comunicou as tabelas definitivas no final de dezembro, altura em que as pensões de janeiro já tinham sido pagas.

“Não há aqui nenhum eleitoralismo porque num universo de cerca de 350 mil pensionistas mais de 180 mil tiveram uma retenção superior àquilo que deveriam ter direito e cerca de 140 mil tiveram uma retenção inferior àquilo que deveriam ter direito e, portanto, há um conjunto de pensionistas que vão agora receber mais com o acerto do que o contrário”, explicou.

O PCP também já veio questionar a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o acerto na retenção do IRS nas pensões de maio, traduzindo-se num valor inferior em termos líquidos, considerando que se trata de uma situação inaceitável.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



## Porque está a Europa a perder competitividade? Mário Draghi explica!

Para os que fazem a misericórdia de acompanhar este meu espaço de crónica é conhecida a minha convicta admiração por Mário Draghi.

No caso de Mário Draghi, porventura, a faceta mais conhecida pelo grande público é o lado político. É menos referido o facto de Mário Draghi ser um dos mais importantes economistas dos nossos dias. Mário Draghi fez parte de um pequeno grupo de génios que, curiosamente, coincidiram como alunos do MIT, grupo de que faziam parte, entre outros, Paul Krugman, Lawrence Summers, Olivier Blanchard ou Keneth Rogoff, enquadrados por Rudi Dornbush, um professor de ideias avançadas quer como economista quer como pedagogo.

Embora, a dada altura, Mário Draghi tenha abraçado uma carreira na banca de investimento (também ele andou pela Goldman Sachs) e tenha tido uma menor intervenção na esfera académica, a verdade é que, não obstante as diferenças políticas, Paul Krugman sempre se referiu a Mário Draghi como “um de nós”. Referia-se, obviamente, à ciência económica onde Mário Draghi nunca deixou de ser um dos melhores.

A mais recente intervenção de Mário Draghi no espaço público foi a liderança de um governo de unidade nacional, apoiado por praticamente todos os partidos políticos italianos, com vista a gerir a crise da pandemia e a respetiva recuperação.

Era, à partida, uma tarefa quase impossível na sempre fraturada e acrimoniosa cena política italiana, mas, para mim sem surpresa, Mário Draghi saiu-se com brilhantismo.

O governo de unidade nacional acabou por cair e talvez, de certa forma, felizmente, porque deixou Mário Draghi livre para um desafio quiçá ainda mais relevante. A Comissão Europeia encomendou um relatório sobre a perda de competitividade da Europa no quadro da economia global e sobre as medidas a tomar para restaurar aquela que foi (e ainda é!) a economia mais competitiva do mundo.

Vem isto a propósito porque saiu recentemente o relatório do grupo liderado por outro italiano, Enrico Letta, sobre o mercado único mais ou menos na mesma altura em que Mário Draghi fez um discurso público que levanta algumas pistas sobre o que será o relatório a produzir e publicar pelo grupo que lidera.

O relatório Letta é um texto muito importante, que ainda não pude ler com a atenção e profundidade devidas, contudo, em relação ao discurso de Mário Draghi, uma vez que é um texto curto e se

mantém no plano das grandes generalidades, já é possível fazer algum comentário.

Segundo Draghi, as respostas da União Europeia às diversas crises globais são respostas do passado e são inúteis no novo quadro que se desenha de recuo do globalismo, do regresso a políticas económicas de cariz nacionalista e de uma ordem internacional que, nomeadamente depois da invasão da Ucrânia pelas tropas russas, já não podemos confiar que se rege por regras que todos mais ou menos respeitam, mas onde, pelo contrário, pode passar a prevalecer a força bruta.

Mário Draghi refere três debilidade estruturais da Europa.

A primeira é o paradoxo de, sendo a União europeia, se tomada no seu conjunto, a segunda economia do mundo e não muito mais pequena que a economia americana, não conseguir criar a escala necessária para desenvolvimento de muitas atividades essenciais nas economias modernas.

Dois setores ilustram abundantemente como não conseguimos criar escala.

No setor, agora infelizmente tão importante, das indústrias de defesa, os cinco maiores operadores europeus do setor valem 45% da indústria, nos Estados Unidos o número equivalente é 80%. No setor das telecomunicações temos na Europa trinta e quatro grupos relevantes, nos Estados Unidos são apenas três e na China quatro.

Todos sabemos de onde isto vem – vem da fragmentação do mercado europeu num grande número de pequenos mercados nacionais. O egoísmo nacional continua a imperar e, enquanto assim for, não podemos aspirar a competir com os gigantes que, naturalmente, se formam em mercados grandes e que não são fragmentados por exclusivismos regionais ou nacionais.

O segundo tema é a capacidade para o fornecimento de bens públicos em mercados fragmentados.

Aqui o exemplo óbvio é a problema das redes de transmissão de energia e, em particular, as conexões internacionais.

Para cumprir as metas da transição energética será necessário mais que duplicar a capacidade de transporte eficiente de energia elétrica. A nenhum país europeu valerá grande coisa se o fizer internamente se, ao mesmo tempo, esse processo não for acompanhado pelo reforço das conexões internacionais. A resistência feroz que a França, por exemplo, colocou às conexões europeias com a Ibéria, por puro egoísmo nacional, não augura

nada de bom.

Por outro lado, grande parte do investimento a fazer nestas áreas que envolvem bens públicos será forçosamente investimento privado.

Também aqui não conseguimos competir com os Estados Unidos onde existe um mercado de capitais unificado e extremamente ativo. Não por acaso, em setores de ponta das indústrias digitais, a Europa tem uma presença diminuta. A maior empresa tecnológica da Europa, a Software House SAP, é a 13ª por capitalização bolsista a nível global, as primeiras doze são americanas.

Trata-se de áreas onde a abundância de capital de risco é determinante. A indústria de capital de risco sempre foi, por variadíssimas razões, mais desenvolvida na América do que na Europa. Se pensarmos que na Europa, um mercado já de si mais pequeno, está dividido em quase trinta pequenos mercados nacionais, começamos a perceber porque na vibrante cena americana as start-ups têm muito maior probabilidade de sucesso.

A criação de um verdadeiro mercado de capitais unificado é fundamental!

Finalmente a Europa tem de acordar para a realidade de que não é possível continuar a pensar que vivemos num mundo governado por regras onde o acesso a recursos essenciais (matérias primas críticas e outros inputs) é decidido em mercados transparentes a que todos têm acesso.

Vivemos em tempos de renascimento dos nacionalismos económicos e do controlo estratégico sobre matérias primas críticas. O exemplo chinês no setor das baterias elétricas deveria ser suficiente para fazer soar todas as campainhas. A China vale quase 80% da capacidade produtiva de baterias a nível global, mas vale ainda mais no controlo das matérias primas críticas para a sua fabricação.

A Europa tem sido moralmente impoluta nestas histórias deixando aos mercados e aos atores privados a regulação destas matérias. Os outros, nomeadamente os Estados Unidos e a China estão ativamente a envolver o Estado na resolução destes problemas com políticas industriais explícitas e subsídios colossais quando necessário.

Talvez seja tempo de deixarmos de fazer o papel do menino do coro da igreja e perceber que vivemos num mundo de pós-globalização em que se não dos defendermos corremos o risco de ficar definitivamente para trás.

Creio que é esta a mensagem essencial de Mário Draghi. Prometo voltar ao assunto quando o relatório final for tornado público.



**ESPECIALISTAS  
EM FORNECIMENTO  
ALIMENTAR  
E NÃO ALIMENTAR**



**30** ✓

Marcas Representadas

**19** ✓®

Marcas Próprias

**5.800** 🚚

Pontos de entrega

**4.800.000** 🚛

km / ano

**120.000** 📦

Toneladas /ano  
de alimentos de alta  
qualidade

**175 M** €

Em vendas

**100%** 🇵🇹

Cobertura Nacional  
e Ilhas (Madeira e Açores)  
e exportação para África,  
Ásia, Europa e América

**+24.000** 🥫

Referências alimentares  
e não alimentares

**8** 🏠

Plataformas Logísticas:  
Lisboa, Porto, Viseu,  
Covilhã, Algarve, Açores  
(São Miguel e Terceira)  
e Madeira



LISBOA: 210 420 000  
ALGARVE: 282 484 009  
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600  
VISEU: 232 430 470  
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550  
TERCEIRA: 295 513 048  
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS  
Nº 2008/AMB0364  
Nº 2019/SST.0521  
Nº 2006/CEP2827  
Nº 2008/GSA0037

**TRIVALOR**  
trivalor.pt



**Portugal profundo**

#### FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

NOVO ESTUDO DÁ RESPOSTAS INEQUÍVOCAS

# Atividade física tem muitos benefícios para a saúde

Um novo estudo realizado por cientistas norte-americanos confirma que a atividade física provoca inúmeras alterações celulares e moleculares nos órgãos com benefícios para a saúde.

Os benefícios do exercício físico para a saúde já eram bem conhecidos, mas ainda não está totalmente compreendido como alteram o corpo em nível molecular.

A nova pesquisa, publicada na revista Nature, foi realizada em ratos e foram estudados 19 órgãos. Os resultados demonstram que a resposta do corpo ao exercício prolongado é mais complexa e abrangente do que se pensava anteriormente.

Segundo os autores, a atividade física prolongada nesses animais causou alterações profundas no RNA, nas proteínas e nos metabolitos de quase todos os tecidos, fornecendo pistas para muitas condições humanas.

Para chegar a estas conclusões, os cientistas utilizaram uma série de técnicas laboratoriais para analisar alterações moleculares em ratos submetidos a semanas de exercício intenso.

Os cientistas estudaram vários tecidos, como coração, cérebro e pulmões, e descobriram que cada um dos órgãos mudava com o exercício, ajudando o corpo a regular o sistema imunológico, a responder ao stress e a controlar vias relacionadas com doenças inflamatórias do fígado, doenças cardíacas e tecidos.

A investigação foi liderada pelo MoTrPAC (consórcio de transdutores de atividade física), e nela participaram cientistas do Instituto Broad - Instituto Tecnológico do Massachusetts e da Universidade de Harvard - bem como da Universidade de Stanford e dos institutos nacionais de saúde dos Estados Unidos.

“Este é o primeiro mapa de um organismo inteiro que analisa os efeitos do treino em vários órgãos. Os recursos obtidos serão extremamente valiosos e já produziram muitas perspectivas biológicas potencialmente novas para exploração adicional”, enfatizou Steve Carr, do Broad.

De acordo com Natalie Clark, cientista computacional do Broad, “há uma variedade de experimentações diferentes nos mesmos tecidos e isso deu uma visão global de como todas essas diferentes camadas moleculares contribuem para a resposta ao exercício”.

No total, foram realizados quase 10 mil testes para fazer cerca de 15 milhões de medições em sangue e 18 tecidos sólidos, explicou, em comunicado, o Broad Institute.

Os cientistas descobriram que o exercício afetou milhares de moléculas, com as mudanças mais extremas ocorrendo na glândula adrenal, que produz hormonas que regulam muitos processos importantes, como imunidade, metabolismo e pressão arterial.

A pesquisa permitiu observar diferenças por sexo em diversos órgãos, principalmente em relação à resposta imunológica. A maioria das moléculas de sinalização imunológica exclusivas das mulheres mostraram alterações nos seus níveis entre uma e duas semanas de treino, enquanto as dos homens mostraram diferenças entre quatro e oito semanas.

Para sua surpresa, os cientistas encontraram um aumento na acetilação de proteínas mitocondriais, envolvidas na produção de energia, e num sinal de fosforização que regula o armazenamento de energia, tanto no fígado como no organismo, que muda durante o exercício.

Essas modificações poderiam ajudar o fígado tornar-se menos gorduroso e menos propenso a doenças através de exercícios, e poderiam oferecer um alvo para futuros tratamentos da doença hepática gordurosa não alcoólica.

“Embora o fígado não esteja diretamente envolvido no exercício, ele sofre modificações que poderiam melhorar a saúde. Ninguém imaginava que essas alterações de acetilação e fosforização ocorreriam após o treino”, afirmou Jean-Beltran, que resume: “O exercício é um processo muito complexo e isso é só a ponta do icebergue.”

Os autores, que disponibilizaram os dados a toda a comunidade científica, esperam que as suas descobertas possam um dia ser utilizadas para adaptar o exercício ao estado de saúde de cada pessoa ou para desenvolver tratamentos que imitem os efeitos da atividade física.

**Lavandarias Profissionais IPSS**



**Miele**

**milplus**

**GRUPO LABLAD, LDA.**  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 MAIA TLM 917571305  
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial  
**Miele**



**VIATURA SAD**

**MOBILIDADE REDUZIDA**

**O VOSSO PARCEIRO NA MOBILIDADE VERDE SOCIAL**